CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO
PROCURADORIA
SETOR DE PESQUISA, ASSESSORIA E ANÁLISE PRÉVIA

Realizada a pesquisa legislativa, a respeito do assunto foi localizado:

PL 692/26

Constituição da República Federativa do Brasil, de 5 de outubro de 1988.

Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990 — Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.

Lei Federal nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 — Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências.

Lei Federal nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990 — Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde – SUS e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências.

Lei Federal nº 9.656, de 3 de junho de 1998 — Dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde.

Lei Federal nº 10.216, de 6 de abril de 2001 — Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental.

Lei Federal nº 11.343, de 23 de agosto de 2006 — Institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas – Sisnad; prescreve medidas para prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas; estabelece normas para repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas; define crimes e dá outras providências.

Lei Federal nº 12.845, de 1º de agosto de 2013 — Dispõe sobre o atendimento obrigatório e integral de pessoas em situação de violência sexual.

Lei Federal nº 12.852, de 5 de agosto de 2013 — Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e as diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude – Sinajuve.

Lei Federal nº 13.431, de 4 de abril de 2017 — Estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência e altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.

Matéria DSP 13757/2026. Documento assinado digitalmente por CINTIA TALARICO DA CRUZ em 08/09/2026 e juntado ao PL 692/2026 por cintiacarrer. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=762076.

autuado por cintiacarrer em 08/09/2026 18:18:35.

CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO
PROCURADORIA

Lei Federal nº 13.798, de 3 de janeiro de 2019 — Acrescenta o art. 8º-A à Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, para instituir a Semana Nacional de Prevenção da Gravidez na Adolescência.

Lei Federal nº 13.819, de 26 de abril de 2019 — Institui a Política Nacional de Prevenção da Automutilação e do Suicídio.

Lei Federal nº 13.935, de 11 de dezembro de 2019 — Dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de serviço social nas redes públicas de educação básica.

Lei Federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020 — Dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019.

Lei Federal nº 14.454, de 21 de setembro de 2022 — Altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos privados de assistência à saúde, para estabelecer critérios que permitam a cobertura de exames ou tratamentos de saúde que não estão incluídos no rol de procedimentos e eventos em saúde suplementar.

Lei Federal nº 14.819, de 16 de janeiro de 2024 — Institui a Política Nacional de Atenção Psicossocial nas Comunidades Escolares.

Constituição do Estado de São Paulo, de 5 de outubro de 1989 — Constituição do Estado de São Paulo.

Lei Estadual nº 10.083, de 23 de setembro de 1998 — Dispõe sobre o Código Sanitário do Estado.

Lei Estadual nº 11.972, de 25 de agosto de 2005 — Institui a Política Estadual de Prevenção e Atendimento à Gravidez na Adolescência.

Lei Estadual nº 12.060, de 26 de setembro de 2005 — Dispõe sobre a substituição por ações de saúde mental do procedimento de internação hospitalar psiquiátrica no Sistema Único de Saúde do Estado.

Lei Orgânica do Município de São Paulo, de 4 de abril de 1990 — Lei Orgânica do Município de São Paulo.

Lei Municipal nº 11.288, de 23 de novembro de 1992 — Dispõe sobre a obrigatoriedade da assistência de saúde aos adolescentes na Rede Municipal de Saúde do Município de São Paulo.

Matéria DSP 13757/2026. Documento assinado digitalmente por CINTIA TALARICO DA CRUZ em 08/09/2026 e juntado ao PL 692/2026 por cintiacarrer. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=762076.

autuado por cintiacarrer em 08/09/2026 18:18:35.

Lei Municipal nº 12.546, de 7 de janeiro de 1998 — Dispõe sobre o Conselho Municipal de Saúde de São Paulo e dá outras providências.

Lei Municipal nº 13.211, de 13 de novembro de 2001 — Dispõe sobre a instituição do Programa de Proteção da Saúde da Gestante e do Recém-Nascido no Município e dá outras providências.

Lei Municipal nº 13.725, de 9 de janeiro de 2004 — Institui o Código Sanitário do Município de São Paulo.

Lei Municipal nº 14.247, de 8 de dezembro de 2006 — Dispõe sobre o Programa Municipal de Conscientização e Combate à Violência contra Crianças e Adolescentes e dá outras providências.

Lei Municipal nº 14.413, de 31 de maio de 2007 — Dispõe sobre os direitos dos usuários dos serviços e das ações de saúde no Município e dá outras providências.

Lei Municipal nº 14.450, de 22 de junho de 2007 — Institui o Programa de Combate à Venda Ilegal de Bebida Alcoólica e de Desestímulo ao seu Consumo por Crianças e Adolescentes, no âmbito do Município de São Paulo.

Lei Municipal nº 14.485, de 19 de julho de 2007 — Consolida a legislação municipal referente a datas comemorativas, eventos e feriados do Município de São Paulo e dá outras providências.

Lei Municipal nº 15.839, de 11 de julho de 2013 — Altera a Lei nº 14.485, de 19 de julho de 2007, para incluir o Dia de Prevenção à Gravidez Adolescente não Planejada, a ser realizado anualmente no dia 12 de outubro, e dá outras providências.

Lei Municipal nº 15.886, de 4 de novembro de 2013 — Estabelece diretrizes para o Programa Pedagógico Hospitalar destinado às Crianças e Adolescentes Hospitalizados, no âmbito do Município de São Paulo.

Lei Municipal nº 15.943, de 23 de dezembro de 2013 — Dispõe sobre o diagnóstico de gestantes portadoras do vírus HIV e prevenção da transmissão do mesmo aos fetos e crianças recém-nascidas.

Lei Municipal nº 16.765, de 15 de dezembro de 2017 — Altera a Lei nº 14.485, de 19 de julho de 2007, para incluir no Calendário de Eventos da Cidade de São Paulo o Dia Municipal de Valorização da Vida, a Semana Municipal de Valorização da Vida, a Caminhada Anual pela Vida e o Mês do Setembro Amarelo.

Matéria DSP 13757/2026. Documento assinado digitalmente por CINTIA TALARICO DA CRUZ em 08/09/2026 e juntado ao PL 692/2026 por cintiacarrer. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=762076.

CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO
PROCURADORIA

Lei Municipal nº 17.062, de 22 de janeiro de 2019 — Altera a Lei nº 14.485, de 19 de julho de 2007, para incluir no Calendário de Eventos da Cidade de São Paulo a Semana Municipal de Prevenção, Conscientização e Combate à Automutilação e dá outras providências.

Lei Municipal nº 17.147, de 25 de julho de 2019 — Altera a Lei nº 14.485, de 19 de julho de 2007, para incluir no Calendário de Eventos da Cidade de São Paulo a Semana de Conscientização sobre Depressão Infantil e dá outras providências.

Lei Municipal nº 17.237, de 14 de novembro de 2019 — Cria o Programa Municipal de Prevenção ao Suicídio e de Promoção do Direito ao Acesso à Saúde Mental entre Jovens e Adolescentes e dá outras providências.

Lei Municipal nº 17.429, de 22 de julho de 2020 — Altera a Lei nº 14.485, de 19 de julho de 2007, para incluir o Dia Municipal do Combate ao Abuso e à Exploração Sexual contra Criança e Adolescente, a ser comemorado anualmente.

Lei Municipal nº 17.430, de 22 de julho de 2020 — Altera a Lei nº 14.485, de 19 de julho de 2007, para incluir no Calendário de Eventos da Cidade de São Paulo o “Saiba Dizer Não às Drogas”.

Lei Municipal nº 17.713, de 9 de novembro de 2021 — Institui a Campanha Permanente de Conscientização da Depressão Infantil e na Adolescência no âmbito municipal e dá outras providências.

Lei Municipal nº 17.737, de 12 de janeiro de 2022 — Altera a Lei nº 14.485, de 19 de julho de 2007, para incluir no Calendário de Eventos da Cidade de São Paulo a Semana Municipal de Valorização e Respeito à Vida, em consonância com a Campanha Setembro Amarelo de Prevenção ao Suicídio.

Lei Municipal nº 17.738, de 12 de janeiro de 2022 — Altera a Lei nº 14.485, de 19 de julho de 2007, para incluir no Calendário de Eventos da Cidade de São Paulo a Semana Municipal de Conscientização e Mobilização em prol do desenvolvimento saudável e de prevenção e combate à violência contra crianças e adolescentes, a ser celebrada anualmente na segunda semana do mês de junho, e dá outras providências.

Lei Municipal nº 17.742, de 12 de janeiro de 2022 — Altera a Lei nº 14.485, de 19 de julho de 2007, para incluir no Calendário de Eventos da Cidade de São Paulo o Mês Amarelo de Esclarecimento e Combate ao Suicídio.

Lei Municipal nº 17.803, de 9 de maio de 2022 — Dispõe sobre a responsabilidade de os condomínios residenciais do Município de São Paulo comunicarem ocorrências de

Matéria DSP 13757/2026. Documento assinado digitalmente por CINTIA TALARICO DA CRUZ em 08/09/2026 e juntado ao PL 692/2026 por cintiacarrer. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=762076.

autuado por cintiacarrer em 08/09/2026 18:18:35.

violência doméstica e familiar contra mulheres, crianças, adolescentes, idosos e pessoas com deficiência.

Lei Municipal nº 17.923, de 10 de abril de 2023 — Institui a Política Municipal de Atenção Integral a Crianças e Adolescentes em Situação de Rua e na Rua e dá outras providências.

Lei Municipal nº 17.971, de 26 de junho de 2023 — Altera a Lei nº 14.485, de 19 de julho de 2007, para inserir no Calendário de Eventos da Cidade de São Paulo o Mês Maio Laranja, tendo por objetivo o enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes.

Lei Municipal nº 18.055, de 19 de dezembro de 2023 — Altera a Lei nº 14.485, de 19 de julho de 2007, para incluir no Calendário de Eventos da Cidade de São Paulo a Semana de Promoção e Fortalecimento da Saúde Mental nas Escolas, a ser realizada anualmente na semana que compreender o dia 10 de outubro.

PL nº 646/2026 — Dispõe sobre o abono de faltas do servidor público municipal responsável por criança ou adolescente em tratamento continuado de saúde.

PL nº 641/2026 — Institui o Programa Municipal de Integração da Rede de Proteção à Criança e ao Adolescente – PROTEGE+.

PL nº 632/2026 — Institui o Programa Municipal de Atenção à Saúde no Ambiente Escolar – Saúde na Escola.

PL nº 623/2026 — Institui a Política Municipal de Atendimento Odontológico Comunitário nos Clubes da Comunidade.

PL nº 622/2026 — Institui o Programa Municipal Rede Acolher TEA.

PL nº 621/2026 — Institui diretrizes para o Programa Municipal de Escolinhas Esportivas Comunitárias.

PL nº 525/2026 — Institui o Selo Escola Saudável.

PL nº 414/2026 — Institui prioridade no atendimento psicológico às crianças e aos adolescentes vítimas de abuso ou exploração sexual.

PL nº 407/2026 — Autoriza parcerias com organizações religiosas para implementação de programas de apoio social em áreas de alta vulnerabilidade.

PL nº 372/2026 — Institui o Programa de Capacitação para a Vida Autônoma – PCVA.

Matéria DSP 13757/2026. Documento assinado digitalmente por CINTIA TALARICO DA CRUZ em 08/09/2026 e juntado ao PL 692/2026 por cintiacarrer. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=762076.

CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO
PROCURADORIA

PL nº 312/2026 — Cria a Plataforma Digital Municipal de Apoio às Mães e Famílias Atípicas – PAMFA.

PL nº 303/2026 — Institui o Programa Saúde Mental da Juventude Negra na Escola.

PL nº 272/2026 — Institui o Programa Crescer com Respeito.

PL nº 239/2026 — Institui o Programa Municipal de Educação para Empatia, Convivência, Saúde Mental e Respeito aos Animais.

PL nº 213/2026 — Institui o Programa de Capacitação para a Vida Autônoma – PCVA.

PL nº 179/2026 — Institui diretrizes para o Programa Municipal de Apoio e Proteção Integral aos Órfãos de Feminicídio.

PL nº 109/2026 — Institui o Programa Municipal Permanente de Orientação e Recomendação para a Prevenção e o Combate ao Desaparecimento de Crianças e Adolescentes.

PL nº 1.558/2025 — Cria o Programa Municipal de Prevenção ao Abuso de Drogas nas Escolas – Programa Juventude Livre.

PL nº 1.529/2025 — Institui diretrizes para protocolo de atenção integral a pessoas em situação de risco e desastres decorrentes da emergência climática.

PL nº 1.354/2025 — Altera a política municipal de atendimento aos direitos da criança e do adolescente.

PL nº 1.308/2025 — Institui o Programa Municipal de Prevenção e Combate às Amputações em Crianças e Adolescentes com Diabetes.

PL nº 1.276/2025 — Dispõe sobre dados relativos aos impactos da crise climática na vida de meninas e mulheres.

PL nº 1.184/2025 — Dispõe sobre a fiscalização, prevenção e repressão à comercialização de bebidas alcoólicas adulteradas.

PL nº 1.071/2025 — Institui o Programa Municipal Resgate de Vidas.

PL nº 988/2025 — Institui o Programa Mães de Paraisópolis.

PL nº 921/2025 — Institui o Programa de Transição para a Vida Adulta da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista – PTVA-TEA.

Matéria DSP 13757/2026. Documento assinado digitalmente por CINTIA TALARICO DA CRUZ em 08/09/2026 e juntado ao PL 692/2026 por cintiacarrer. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=762076.

autuado por cintiacarrer em 08/09/2026 18:18:35.

CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO
PROCURADORIA

PL nº 741/2025 — Institui a Política Municipal de Saúde Mental para Pessoas Trans e Travestis.

PL nº 722/2025 — Institui a Defensoria Pública Municipal.

PL nº 687/2025 — Institui o Programa Incluindo Quem Cuida.

PL nº 628/2025 — Institui políticas municipais de empregabilidade e inclusão de jovens transexuais, travestis, negros e periféricos.

PL nº 305/2025 — Institui campanha de incentivo à emissão da Carteira de Identidade Nacional de crianças.

PL nº 52/2025 — Estabelece prioridade para a saúde das crianças mediante garantia de atendimento pediátrico.

PL nº 800/2024 — Institui campanha de divulgação da Política Municipal de Saúde Integral da População Negra.

PL nº 711/2024 — Cria o Programa Municipal de Assistência Social para Mães e Pais Atípicos.

PL nº 675/2024 — Autoriza a instituição do Plano Municipal Emergencial de Enfrentamento aos Efeitos das Mudanças Climáticas.

PL nº 590/2024 — Cria o Programa Se Cuida no Rolê.

PL nº 359/2024 — Institui o Código Municipal da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista.

PL nº 345/2024 — Institui o Programa Bolsa Auxílio para adolescentes e jovens em processo de desligamento do acolhimento institucional.

PL nº 591/2023 — Institui a Política Municipal de Atenção Integral à Orfandade.

À Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa, conforme despacho do Sr. Presidente.

São Paulo, 04 de setembro de 2025.

Cintia Talarico da Cruz
Procuradora Supervisora do Setor de Pesquisa e Análise Prévia
OAB/SP 155.068

Matéria DSP 13757/2026. Documento assinado digitalmente por CINTIA TALARICO DA CRUZ em 08/09/2026 e juntado ao PL 692/2026 por cintiacarrer. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=762076.